

Editor Chefe / Editor-in-Chief

Prof. J. Braz Nogueira

Editor Adjunto / Deputy Editor

Prof. Luís Bronze

Conselho Científico Nacional e Internacional National and International Scientific Board

Prof. Agostinho Monteiro

Dr. Fernando M. Gonçalves

Dr. Fernando Pinto

Prof. Jorge Polónia

Dr. José Alberto Silva

Prof. José Mesquita Bastos

Dr. José Nazaré

Prof. Luís Martins

Prof. Manuel Bicho

Dr. Manuel Carvalho Rodrigues

Dr. Manuel Viana

Prof. Miguel Castelo-Branco

Dr. Pedro Damião

Prof. Pedro Guimarães Cunha

Dr. Rasiklal Ranchhod

Dra. Rosa de Pinho

Dr. Vítor Paixão Dias

Conselho Redactorial / Editorial Board

Dr. Alípio Araújo

Dr. Filipe Machado

Dra. Francisca Abecasis

Dra. Heloísa Ribeiro

Dr. Lima Nogueira

Dr. Luís Nogueira Silva

Dr. Rogério Ferreira

Dr. Vasco Varela

Dra. Vitória Cunha

EDITORIAL

Estimados leitores da Revista Portuguesa de Hipertensão e Risco Cardiovascular, este é o meu primeiro editorial como “Editor Associado”. Como já será reconhecido por muitos, a nossa Revista, Órgão Oficial da Sociedade Portuguesa de Hipertensão (SPH), passa por um processo de valorização científica, começando pelo processo de indexação, já iniciado. Assim, em breve, serão publicadas novas normas de publicação, que vão incluir a fundamental obrigatoriedade de *peer review* de todos os artigos – este desiderato permitirá uma indexação mais abrangente.

Estou, deste modo, com o Editor Principal, Prof. Braz Nogueira, que muito valorizamos e com o apoio dos atuais órgãos sociais da SPH, honrado por poder participar neste movimento, que muito apoiei na direção anterior.

Neste número, teremos quatro artigos, sendo que três deles correspondem a investigação/revisão de temas clínicos e um outro, que se inscreve, normalmente, no item “carta ao editor”.

O trabalho de Miguel Pereira e colaboradores, denominado “Estudo longitudinal do perfil lipídico de trabalhadores hospitalares num período de 10 anos”, é muito interessante, pois compara resultados do perfil lipídico, em pessoal hospitalar, no contexto de Medicina do Trabalho, entre os anos de 2011 e 2021. Verificaram os autores, por exemplo, um incremento da fração LDL, no sexo masculino, no período em estudo. Confirmou-se, ainda, a já reconhecida, relação entre melhores índices de saúde e maior grau académico, nomeadamente, nos valores da mesmíssima fração LDL. Não foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre o grupo profissional e os valores de colesterol medidos

Noutro sentido, o trabalho de Adriana Silva, uma revisão, foca-se na relação entre a dor crónica e as doenças cardiovasculares. Este assunto enquadrar-se na verdadeira revolução que tem acontecido no conhecimento dos fatores predisponentes para a hipertensão. Para percebermos a importância do trabalho,



teremos de reconhecer a importância da ativação simpática na génese da hipertensão arterial. De uma forma clara, sabemos hoje que fatores de risco, civilizacionais, como o sono (pouco, ou em demasia), a poluição sonora ou a poluição do ar, a solidão (viver só está associado a maior risco cardiovascular) e até a poluição luminosa, contribuem – pela ativação simpática, entre outros mecanismos – para o incremento do risco cardiovascular. Esta revisão demonstra que a dor crónica está associada a maior prevalência de hipertensão arterial, morbilidade e mortalidade cardiovascular, como a autora bem refere.

O trabalho apresentado nesta revista pela farmacêutica Anabela Fonseca, reforça o mantra, muitas vezes repetido, mas poucas vezes valorizado, de que a evidência no vasto reino do risco cardiovascular, pode, e deve, incluir todas as profissões em saúde e não só os médicos. Este trabalho o “Cálculo do Risco Cardiovascular usando os preditores de risco SCORE e SCORE 2, numa farmácia comunitária” prova, como a autora bem enfatiza, a viabilidade do rastreio do risco cardiovascular nas farmácias comunitárias, quer pela elevada percentagem de utentes que aceitaram ser avaliados pelo farmacêutico comunitário, quer pela (bem conhecida) elevada prevalência de doentes com risco cardiovascular entre nós.

Em relação ao último artigo, a carta ao editor/artigo de opinião, da autoria de duas personalidades bem conhecidas, uma



com um currículo “galáctico” no domínio da hipertensão arterial, o Professor Jorge Polónia, e o outro autor, o Professor Luís Martins, intrinsecamente ligado à vida, sobrevivência e sucesso da SPH, intitulada “Do conhecimento à prática clínica: quando os conceitos de prevalência e controlo tensional exigem uma definição rigorosa da população alvo”. O artigo merece, concordará o leitor atento, uma reflexão sobre dois eixos fundamentais: o primeiro, será a vertente técnico-científica e o que significa a sua publicação na Revista da Sociedade Portuguesa, ora materializada, e, o segundo eixo, certamente deve ser a putativa importância do texto enviado, relativa a um dos desideratos maiores de sempre da nossa sociedade científica: a *Missão 70/26*.

Em relação ao primeiro ponto, o envio do artigo, cientificamente irrepreensível, no que concerne à valorização da prevalência da HTA em Portugal, prova o incremento de importância da revista de hipertensão e risco cardiovascular. Naturalmente, quando autores habituados a publicar em revistas internacionais da maior relevância e forte fator de impacto decidem publicar numa revista emergente como a nossa, devemos ficar certamente orgulhosos e agradecidos.

No que diz respeito ao segundo eixo, a importância do texto para a *Missão* (e indiretamente para a SPH), verifica-se que são sugeridas inconsistências científicas e interpretativas nos pressupostos atuais da *Missão 70/26*, nomeadamente, na transposição dos cálculos apresentados para

o todo nacional. Acrescenta-se, a este propósito, que um dos autores publicou recentemente, também neste fórum, para grande satisfação nossa, um artigo intitulado “Reflexão sobre a situação da hipertensão em Portugal com base na ferramenta BI-CSP”, com pressupostos semelhantes às análises efetuadas na *Missão*, também baseadas no BI-CSP (registo nacional dos cuidados de saúde primários), avisando já para os riscos relativamente ao uso dos dados daquela plataforma, no que diz respeito à transposição para dados que representem o país, que, claro, se reconhecem como válidos.

Penso que se trata de um mal-entendido. A este propósito, lembro que no lançamento deste projeto, pela minha mão, na presença dos autores do texto em apreço, foi claramente explícito que os números/cálculos de prevalência são referenciados ao universo exclusivo do BI-CSP, com as limitações que esse universo acarreta. Não se anunciou, então, que os dados/cálculos usados tinham a mesma abrangência que os artigos referenciados pelos autores no texto ora apresentado (nomeadamente o estudo PHYSA, de referência, e suportado pela SPH), nem se afirmou que seria esse – o estudo da prevalência da HTA, assunto de extrema complexidade e forte polémica em qualquer país do mundo – o objetivo do projeto em curso. O mesmo – ao melhor do meu conhecimento – tem sido reafirmado nas apresentações e publicações nacionais e

até internacionais, pelos órgãos sociais em exercício.

Contudo, a defesa “dos conceitos de prevalência e controlo tensional” mais recentes da *Missão*, a questão colocada pelos autores, como certamente reconhecerá o leitor atento e imparcial, deverá caber aos atuais responsáveis pela condução de uma das iniciativas reconhecidamente mais importantes no âmbito da prevenção cardiovascular entre nós, desde sempre, e não a um simples e discreto marinheiro, no humilde papel de editor associado.

Muito obrigado aos leitores, pelo apoio à Revista da Sociedade Portuguesa de Hipertensão.

Luís Bronze
Cardiologista da Marinha
Portuguesa
Professor no Mestrado
Integrado de Medicina,
Universidade da Beira Interior,
Coordenador do Bloco
Cardiocirculatório.
Ex-Presidente da Sociedade
Portuguesa de Hipertensão